



RIO PARANÁ ENERGIA S.A.

Informações Contábeis Intermediárias Individuais

Referente aos Períodos de Três e de Nove Meses findo
em 30 de setembro de 2021 e
Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais





Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Rio Paraná Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Rio Paraná Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade LAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o LAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.



Rio Paraná Energia S.A.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins do LAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de novembro de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000100/0-5


Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/0-5

Sumário

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	2
Desempenho econômico-financeiro	6
Principais indicadores	6
Receita	6
Custos e despesas operacionais	7
Ebitda e margem Ebitda	8
Resultado financeiro	9
Endividamento	10
Lucro líquido	10
Informações trimestrais - ITR	12
Balanços patrimoniais	12
Demonstrações do resultado	14
Demonstrações do resultado abrangente	15
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstrações dos fluxos de caixa	16
Demonstrações do valor adicionado	17
Notas explicativas da Administração	18
1. Informações gerais	18
2. Apresentação das informações trimestrais - ITR	23
3. Principais práticas contábeis	24
4. Gestão de riscos do negócio	24
5. Caixa e equivalentes de caixa	26
6. Clientes	27
7. Tributos a recuperar/recolher	27
8. Depósitos judiciais	28
9. Ativo financeiro vinculado à concessão	28
10. Imobilizado	28
11. Intangível	29
12. Fornecedores	30
13. Encargos setoriais	31
14. Empréstimos	31
15. Debêntures	32
16. Provisões para riscos	34

17. Juros sobre capital próprio a pagar	35
18. Provisão para grandes reparos	35
19. Partes relacionadas	36
20. Patrimônio líquido	37
21. Receita operacional líquida	38
22. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede	39
23. Resultado financeiro	40
24. Apuração do Imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos	40
25. Lucro por ação	41
26. Instrumentos financeiros	41
27. Seguros	42
28. Transação não caixa	42
29. Compromissos	42
30. Eventos subsequentes	43
Declaração da Diretoria	44
Membros da Administração	45

Desempenho econômico-financeiro

Principais indicadores

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	Variação %
Receita operacional bruta	1.044.042	857.741	21,7
Receita de ativos financeiros	118.835	136.053	-12,7
(-) Deduções à receita operacional	(204.913)	(192.407)	6,5
Receita operacional líquida	957.964	801.387	19,5
(-) Custos e despesas operacionais	(203.884)	(193.526)	5,4
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	756.343	607.760	24,4
Ebitda	827.347	670.499	23,4
Margem Ebitda - %	86,4%	83,7%	2,7 p.p.
Resultado financeiro	(439.058)	95.710	-558,7
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	317.285	703.470	-54,9
Lucro líquido do período	210.684	464.349	-54,6
Margem líquida - %	22,0%	57,9%	-35,9 p.p.
Quantidade de ações			
Ações em circulação	7.014.326	7.014.326	0,0
Lucro líquido básico e diluído por ação	0,03004	0,06620	-54,6

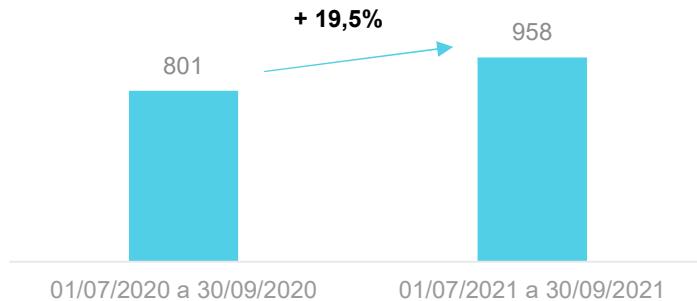
Receita

Em comparação com o exercício anterior, a Companhia apresentou aumento de R\$ 156,6 milhões ou 19,5% em sua receita operacional líquida.

Na receita operacional bruta, houve aumento tanto nas receitas no ambiente de comercialização livre (ACL) quanto nas receitas provenientes do ambiente de comercialização regulado (ACR). Em ambos os casos, esse aumento deu-se basicamente pela atualização monetária dos contratos bilaterais e das receitas com quotas.

Na receita de ativos financeiros, a redução deve-se ao reconhecimento da RAG apurada para o ciclo 2021/2022, compensada pela diferença entre o IPCA acumulado considerado pela Companhia (provisão) em relação ao da CCEE (realizado).

Receita operacional líquida (R\$ milhões)



Custos e despesas operacionais

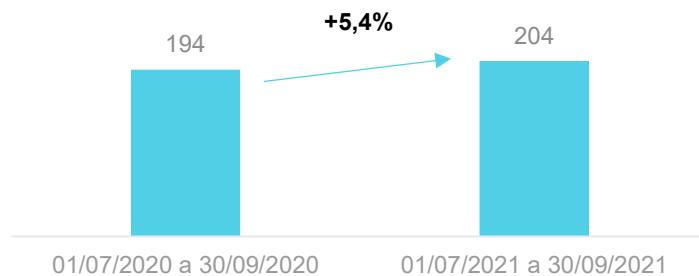
	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	Variação %
Pessoal	(20.977)	(21.666)	-3,2
Material	(2.303)	(3.805)	-39,5
Serviços de terceiros	(15.132)	(15.889)	-4,8
Energia comprada	(187.777)	(28.154)	567,0
Depreciação e amortização	(71.004)	(62.739)	13,2
Encargos de uso da rede elétrica	(42.653)	(38.857)	9,8
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)	(5.532)	(9.017)	-38,6
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)	330	(642)	-151,4
Seguros	(1.896)	(2.088)	-9,2
Aluguéis	(206)	(231)	-10,8
Provisões para riscos	(1.245)	(173)	619,7
Compartilhamento de despesas	(9.951)	(10.361)	-4,0
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	154.872	-	0,0
Outros	(410)	96	-527,1
	(203.884)	(193.526)	5,4

As despesas operacionais apresentaram, no 3º trimestre de 2021, um aumento de R\$ 10,4 milhões, comparativamente ao mesmo período do ano de 2020. Na análise das variações, vale destacar:

- Energia comprada: aumento de R\$ 159,6 milhões basicamente em razão da escassez de chuvas que vem fazendo de 2021 o ano com a crise hídrica da história do Brasil. Apesar das ações mitigatórias implementadas pela Administração, esse aumento se dá, pela combinação de um pior GSF com o aumento no PLD médio de R\$ 91,68 para R\$ 581,71na comparação entre os dois trimestres;
- Depreciação e amortização: elevação de R\$ 8,3 milhões, basicamente devido ao início da amortização do ativo intangível proveniente da extensão da concessão prevista no acordo do GSF previsto na Lei nº 14.052/2020;
- Recuperação de custos pela extensão contrato de concessão GSF: o montante de R\$ 154,9 milhões foi reconhecido em agosto como recuperação de custos, como resultado da evolução das discussões em torno da liminar do *Generation Scaling Factor – Fator*

de Ajuste da Garantia Física (GSF), com a promulgação da lei 14.052 e posterior regulamentação pela resolução Aneel nº 895/2020. Como contrapartida, foi reconhecido um ativo intangível relativo à extensão do contrato de concessão das usinas que, como previsto na lei, corresponde à compensação dos impactos “não hidrológicos” que afetaram o GSF no passado.

Custos e despesas operacionais (R\$ milhões)



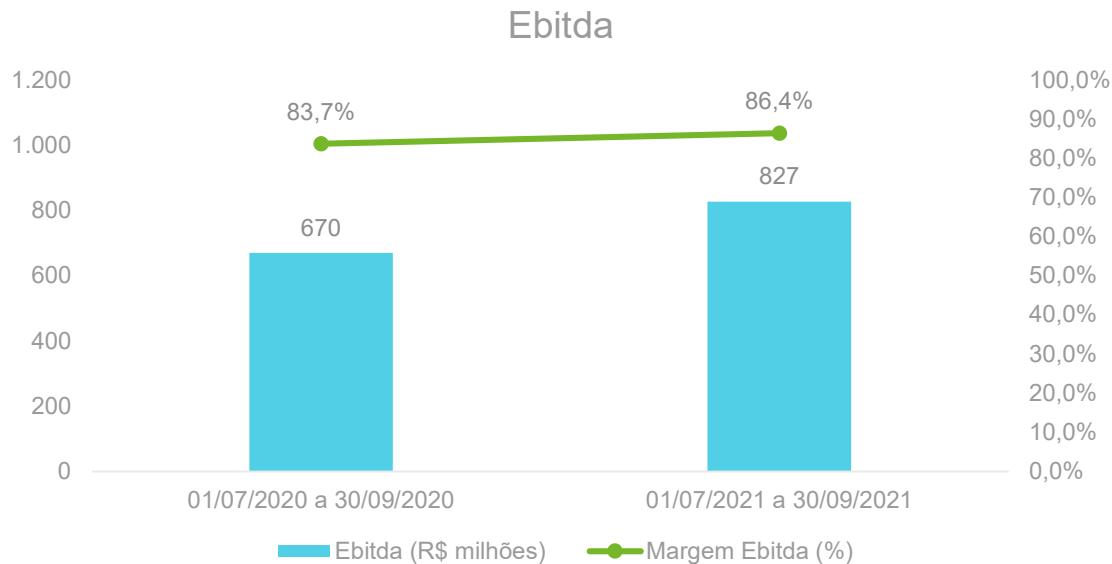
Ebitda e margem Ebitda

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	Variação %
Lucro líquido do período	210.684	464.349	-54,6
Imposto de renda e contribuição social	106.601	239.121	-55,4
Resultado financeiro (líquido)	439.058	(95.710)	-558,7
Depreciação e amortização	71.004	62.739	13,2
Ebitda	827.347	670.499	23,4
<i>Margem Ebitda</i>	<i>86,4%</i>	<i>83,7%</i>	<i>2,7 p.p</i>

O Ebitda, é uma medição não contábil calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. Ele é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

A Administração da Companhia acredita que ele fornece uma medida útil de seu desempenho, tratando-se de um indicador que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar o desempenho e comparar empresas, não devendo ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

O Ebitda apresentou, na comparação entre o 3º trimestre dos anos de 2021 e 2020, um aumento de R\$ 156,8 milhões, o que representa desempenho maior em 23,4% em relação ao mesmo período no ano anterior. Esse resultado é atribuível principalmente ao reconhecimento da recuperação de despesa com o GSF, ao aumento na receita operacional, pelos ajustes dos contratos no ACL e dos ativos financeiros já mencionada anteriormente, compensados pelo aumento do custo com compra de energia.



Resultado financeiro

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	Variação %
Receitas	18.006	243.620	-92,6
Despesas	(457.064)	(147.910)	209,0
Resultado financeiro líquido	(439.058)	95.710	558,7

O resultado financeiro líquido apresentado no 3º trimestre de 2021 foi negativo em R\$ 439,1 milhões, representando uma piora de R\$ 534,8 milhões, comparativamente ao mesmo período no ano de 2020. Acerca dessa variação, vale destacar o seguinte conjunto de informações:

- Aumento de R\$ 174,6 milhões no resultado negativo decorrente da variação cambial líquida incidente sobre o empréstimo em dólares da Rio Paraná com a CTG Luxemburgo. Esse impacto foi causado basicamente pela variação do real (R\$) frente ao dólar (US\$) no período;
- Queda de R\$ 9,5 milhões nas despesas de juros incidentes sobre o empréstimo em dólares da Companhia com a CTG Luxemburgo em função das amortizações ocorridas no período;
- Aumento de R\$ 5,1 milhões nas despesas financeiras de juros relativos ao empréstimo mantido pela Rio Paraná com o Banco Mitsubishi, principalmente em razão do aumento do CDI entre os períodos comparados;
- Aumento de R\$ 371 milhões na despesa de atualização monetária referente ao ajuste a valor presente do passivo relativo à provisão constituída para grandes reparos, em virtude do aumento do IPCA na comparação entre os períodos.
- Receita financeira em razão recebimento de R\$ 5,1 milhões referente a multa gerada pela acolhida de solicitação de uma comercializadora que tinha compromisso de entrega

de energia comprada para o período, renegociando os preços e prazos originalmente contratados, que resultou na penalidade financeira.

Endividamento

	30/09/2021	31/12/2020	Variação %
Debêntures	1.382.923	500.057	176,6
Curto prazo	137.172	-	-
Longo prazo	1.245.751	500.057	149,1
Empréstimos	1.350.688	2.025.562	-33,3
Curto prazo	675.688	675.562	0,0
Longo prazo	675.000	1.350.000	-50,0
Partes relacionadas	3.523.618	3.625.934	-2,8
Curto prazo	693.430	621.592	11,6
Longo prazo	2.830.188	3.004.342	-5,8
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(990.308)	(167.446)	491,4
Dívida líquida	5.266.921	5.984.107	-12

A dívida líquida é composta pelo endividamento deduzindo-se os recursos de caixa e equivalentes de caixa.

No 3º trimestre do ano de 2021, a dívida líquida apresentou uma redução de R\$ 717,2 milhões em comparação com a posição final de 2020. Essa redução é efeito basicamente da amortização da dívida mantida pela Companhia com o Banco Mitsubishi, da redução dos efeitos da variação cambial e amortizações efetuadas no empréstimo mantido em dólares pela Companhia com a CTG Luxemburgo. Esses efeitos positivos foram compensados pela inclusão da 2ª emissão de debentures. Além disso, houve uma elevação na posição de caixa em 30 de setembro de 2021 em razão da geração operacional de caixa no período.

	Remuneração	Vencimento	30/09/2021	31/12/2020	Variação %
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	4,29% ao ano + USD	20/05/2023	3.523.618	3.625.934	-2,8
Tokyo - Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	1.350.688	2.025.562	-33,3
Debêntures 1ª emissão série 1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	243.547	239.476	1,7
Debêntures 1ª emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	284.729	260.581	9,3
Debêntures 2ª emissão série 1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	197.248	-	-
Debêntures 2ª emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	657.399	-	-
			6.257.229	6.151.553	1,7

Lucro líquido

A Rio Paraná apresentou lucro líquido de R\$ 464,3 milhões, representando uma redução de R\$ 253,7 milhões em comparação com o resultado apresentado no mesmo período do ano anterior.

Dentre todas as razões mencionadas anteriormente e que contribuíram para esse desempenho, vale destacar a piora do resultado financeiro, com destaque para a despesa com atualização do passivo relativo à provisão para grandes reparos e, também, pelo aumento na variação cambial negativa referente ao empréstimo mantido pela Companhia com a CTG Luxemburgo.

Lucro líquido (R\$ milhões)



01/07/2020 a 30/09/2020

01/07/2021 a 30/09/2021

Informações trimestrais - ITR

Balanços patrimoniais

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Nota	30/09/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	990.308	167.446
Clientes	6	312.372	482.974
Tributos a recuperar	7	4.450	4.618
Ativo financeiro vinculado à concessão	9	1.075.348	1.201.356
Partes relacionadas	19	60.537	-
Serviços em curso		31.083	17.896
Despesas antecipadas		6.924	6.099
Outros créditos		9.307	9.784
Total do ativo circulante		2.490.329	1.890.173
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Clientes	6	149	-
Ativo financeiro vinculado à concessão	9	9.916.827	9.290.512
Depósitos judiciais	8	486.180	477.820
Despesas antecipadas		382	781
		10.403.538	9.769.113
Imobilizado	10	39.728	11.108
Intangível	11	6.578.246	6.331.971
Total do ativo não circulante		17.021.512	16.112.192
Total do ativo		19.511.841	18.002.365

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Balanços patrimoniais

EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivo	Nota	30/09/2021	31/12/2020
Circulante			
Fornecedores	12	152.786	82.132
Salários, provisões e contribuições sociais		20.572	19.740
Tributos a recolher	7	328.948	212.983
Encargos setoriais	13	52.329	45.325
Empréstimos	14	675.688	675.562
Debêntures	15	137.172	-
Juros sobre capital próprio (JSCP)	17	78.965	569.950
Partes relacionadas	19	757.391	628.168
Provisões para grandes reparos	18	155.006	67.135
Provisões para riscos	16	1.097	816
Outras obrigações		1.938	2.251
Total do passivo circulante		2.361.892	2.304.062
Não circulante			
Tributos diferidos	24.2	833.608	703.116
Encargos setoriais	13	36.223	44.020
Empréstimos	14	675.000	1.350.000
Debêntures	15	1.245.751	500.057
Partes relacionadas	19	2.830.188	3.004.342
Provisões para grandes reparos	18	1.774.895	1.389.292
Provisões para riscos	16	161.647	156.438
Outras obrigações		5.346	4.969
Total do passivo não circulante		7.562.658	7.152.234
Total do passivo		9.924.550	9.456.296
Patrimônio líquido	20		
Capital social		6.649.017	6.649.017
Reserva legal		327.022	327.022
Reserva de lucros		1.570.030	1.570.030
Lucros acumulados		1.041.222	-
Total do patrimônio líquido		9.587.291	8.546.069
Total do passivo e patrimônio líquido		19.511.841	18.002.365

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações do resultado

PERÍODOS DE TRÊS E DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receita operacional líquida	21	957.964	2.817.967	801.387	2.283.468
Custos operacionais					
Pessoal		(16.510)	(51.107)	(17.257)	(48.587)
Material		(2.134)	(7.586)	(3.805)	(8.681)
Serviços de terceiros		(12.520)	(35.997)	(14.117)	(33.299)
Energia comprada	22.2	(187.777)	(236.785)	(28.154)	(57.481)
Depreciação e amortização		(70.565)	(199.178)	(62.242)	(187.601)
Encargos de uso da rede elétrica	22.3	(42.653)	(119.853)	(38.857)	(111.929)
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos (CFURH)		(5.532)	(18.564)	(9.017)	(26.361)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica (TFSEE)		330	(899)	(642)	(5.400)
Seguros		(1.896)	(5.941)	(2.036)	(5.934)
Aluguéis		(120)	(531)	(175)	(778)
Provisões para riscos		(1.245)	(1.515)	(173)	(169)
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	11.2	154.872	154.872	-	-
Outros		(578)	(2.425)	(1.383)	(3.346)
		(186.328)	(525.509)	(177.858)	(489.566)
Resultado bruto		771.636	2.292.458	623.529	1.793.902
Outros resultados operacionais					
Pessoal		(4.467)	(14.423)	(4.409)	(13.677)
Material		(169)	(207)	-	(21)
Serviços de terceiros		(2.612)	(6.702)	(1.772)	(5.444)
Depreciação e amortização		(439)	(1.566)	(497)	(1.476)
Seguros		-	-	(52)	(146)
Aluguéis		(86)	(165)	(56)	(191)
Compartilhamento de despesas	19.3	(9.951)	(29.252)	(10.361)	(33.734)
Outros		168	672	1.479	1.237
		(17.556)	(51.643)	(15.668)	(53.452)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial		2.263	1.992	(101)	(333)
		2.263	1.992	(101)	(333)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		756.343	2.242.807	607.760	1.740.117
Resultado financeiro	23				
Receitas		18.006	506.788	243.620	275.682
Despesas		(457.064)	(1.174.231)	(147.910)	(1.708.020)
		(439.058)	(667.443)	95.710	(1.432.338)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		317.285	1.575.364	703.470	307.779
Imposto de renda e contribuição social	24				
Corrente		(130.053)	(403.651)	(95.464)	(365.181)
Diferido		23.452	(130.491)	(143.657)	260.456
		(106.601)	(534.142)	(239.121)	(104.725)
Lucro líquido do período		210.684	1.041.222	464.349	203.054
Lucro líquido básico e diluído por ação	25	0,03004	0,14844	0,06620	0,02895

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações do resultado abrangente

PERÍODOS DE TRÊS E DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Lucro líquido do período	210.684	1.041.222	464.349	203.054
Resultado abrangente do período	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	210.684	1.041.222	464.349	203.054

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2020	6.649.017	327.022	1.570.030	-	8.546.069
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	1.041.222	1.041.222
Saldo em 30 de setembro de 2021	6.649.017	327.022	1.570.030	1.041.222	9.587.291

	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Legal	Lucros		
Saldo em 31 de dezembro de 2019	6.649.017	270.254	917.563	-	7.836.834
Resultado abrangente do período	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	203.054	203.054
Contribuições e distribuições aos acionistas	-	-	-	203.054	203.054
Dividendos intermediários	-	-	(46.126)	-	(46.126)
Saldo em 30 de setembro de 2020	6.649.017	270.254	871.437	203.054	7.993.762

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações dos fluxos de caixa

PERÍODOS DE NOVE MESES EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	30/09/2021	30/09/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.575.364	307.779
Ajustes em:			
Depreciação e amortização		200.744	189.077
Equivalência patrimonial		(1.992)	333
Apropriação de juros sobre empréstimos	14.3	47.373	65.889
Apropriação de juros sobre partes relacionadas	19.4	137.431	220.318
Apropriação de juros sobre debêntures	15.2	3.241	-
Amortização de custos de transação	15.2	125	-
Provisão de juros e atualização monetária de ativos financeiros	9.1.2	(1.296.913)	(920.183)
Atualização da provisão para grandes reparos	18.2	609.732	731.277
Amortização ajusta a valor presente provisão de grandes reparos	18.2	(255.645)	(909.360)
Atualização Retorno de bonificação de outorga (RBO)	9.1.2	7.124	1.782
Variação monetária sobre depósitos judiciais	8	(8.372)	(10.229)
Variações cambiais, líquidas, sobre partes relacionadas	19.4	160.141	1.356.778
Provisão para riscos	16.1.2	1.515	169
Variação monetária sobre provisão para riscos	16.1.2	4.018	3.649
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	1.4	(154.872)	-
Variação nos ativos:			
Clientes		170.453	(50.809)
Despesas antecipadas		(426)	(2.495)
Depósito judicial	8	12	-
Serviços em curso		(13.187)	(6.392)
Ativo financeiro vinculado à concessão		789.482	757.419
Baixas no ativo imobilizado e intangível		71	749
Outros créditos		88	(773)
Variação nos passivos			
Fornecedores		70.654	(29.701)
Encargos setoriais		(793)	15.431
Provisões para grandes reparos	18.2	(176.398)	(178.577)
Partes relacionadas		-	(287)
Salários, provisões e contribuições sociais		832	1.374
Provisões para riscos		(43)	(217)
Capitalização de debêntures		68.638	24.056
Impostos, taxas e contribuições		16.395	(66.607)
Outras obrigações		(1.095)	(46.124)
Caixa gerado nas operações		1.953.697	1.454.326
Pagamento de juros sobre debêntures	15.2	(12.215)	(13.116)
Pagamento de juros sobre empréstimos	14.3	(47.247)	(67.145)
Pagamento de juros sobre partes relacionadas	19.4	(93.655)	(251.478)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(303.913)	(199.502)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais		1.496.667	923.085
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Adições no ativo imobilizado e intangível		(25.053)	(18.129)
Recebimento na venda de imobilizado		389	1.447
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(24.664)	(16.682)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures	15.2	845.000	-
Custo de transação pela emissão de debêntures	15.2	(21.923)	-
Pagamento de dividendos	17	-	(210.082)
Pagamento de juros sobre capital próprio	17	(490.985)	(209.771)
Pagamentos de principal sobre partes relacionadas	19.4	(306.233)	(612.811)
Pagamentos de principal sobre empréstimos	14.3	(675.000)	(675.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(649.141)	(1.707.664)
Aumento/ (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		822.862	(801.261)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		167.446	1.133.627
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		990.308	332.366
Aumento/ (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		822.862	(801.261)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstrações do valor adicionado

PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	01/01/2021 a 30/09/2021	01/01/2020 a 30/09/2020
Receitas	21		
Venda de energia e outros serviços		2.317.660	2.207.831
Receita de ativos financeiros		500.307	75.637
		2.817.967	2.283.468
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia comprada e encargos de uso da rede		(223.189)	(190.535)
Materiais e serviços de terceiros		(79.778)	(81.180)
Outros custos operacionais		(8.885)	(7.317)
		(311.852)	(279.032)
Valor adicionado bruto		2.506.115	2.004.436
Depreciação e amortização		(200.744)	(189.077)
Valor adicionado líquido produzido		2.305.371	1.815.359
Equivalência patrimonial		1.992	(333)
Outras receitas financeiras		508.654	277.071
Valor adicionado recebido em transferência		510.646	276.738
Valor adicionado total a distribuir		2.816.017	2.092.097
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		35.028	31.919
Benefícios		12.026	12.949
FGTS		2.615	2.741
Provisão para gratificação (bônus)		107	-
Participação nos resultados		6.830	6.433
		56.606	54.042
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		524.334	98.758
Estaduais		28	619
Municipais		18.819	26.693
		543.181	126.070
Remuneração de capitais de terceiros			
Aluguéis		844	1.134
Outras despesas financeiras		1.174.164	1.707.797
		1.175.008	1.708.931
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos		1.041.222	203.054
		1.041.222	203.054
Valor adicionado distribuído		2.816.017	2.092.097

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações trimestrais.

Notas explicativas da Administração Às informações trimestrais – em 30 de setembro de 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

1.1. Contexto operacional

A Rio Paraná Energia S.A. (ou “Companhia” ou “Rio Paraná”) é uma sociedade anônima de capital aberto, concessionária de uso de bem público, na condição de prestadora de serviço de geração e de energia elétrica, com sede em São Paulo, tem como atividades principais em seu Estatuto Social a geração, distribuição, transmissão e a comercialização de energia elétrica, as quais são concedidas, regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Conforme mencionado na nota explicativa nº2.4.2, a Companhia detém 100% do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A., cujo objeto social é a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá e serviços relacionados.

Em 2 de março a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do Ofício 23/2021, deferiu o pedido de registro da Companhia como categoria B.

1.2. Concessão

1.2.1. Contrato de Concessão

Contrato de concessão Aneel	Usina	Tipo	UF	Rio	Capacidade instalada (MW)	Garantia física (MW médio)	Início da concessão	Vencimento concessão
Nº 01/2016	Jupiá	UHE	SP/MS	Paraná	1.551,2	889,2	05/01/2016	02/07/2046
Nº 01/2016	Ilha Soltéira	UHE	SP/MS	Paraná	3.444,0	1.731,5	05/01/2016	02/07/2046
					4.995,2	2.620,7		

1.3. Marco legal do setor elétrico

Em 2017 o Ministério de Minas e Energia (MME) lançou as Consultas Públicas (CP) nº 032, nº 033, que visam à reorganização do setor elétrico brasileiro colocando em discussão as propostas para temas como abertura do mercado livre, separação de lastro e energia, administração da sobra de contratação involuntária, racionalização de subsídios, descotização e privatização de concessionárias de geração.

O Projeto de Lei (PL) 232/2016 foi remetido à Câmara dos Deputados em 10 de fevereiro de 2021 sob o nº PL 414/2021 para iniciar uma nova fase de tramitação. Tendo em vista a regulamentação de algumas matérias contidas no texto original do PL 232 como o encerramento dos subsídios para novos empreendimentos de energia solar, eólica e biomassa pela MPV 998/2020 – convertida em lei em 04 de fevereiro de 2021, o projeto, que trata de temas relacionados à modernização do setor deverá ser revisto e readaptado ao momento atual do setor elétrico.

Em 01 de março de 2021 foi publicada a Lei nº 14.120 que teve como origem a MPV nº 998/2020. Dentre os temas aprovados, estão a transferência de até 30% dos recursos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e Eficiência Energética (EE) para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) entre os anos de 2021 e 2025, estando preservadas as verbas comprometidas para projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020.

Também foi aprovado o encerramento dos subsídios na tarifa para novos empreendimentos de energia solar, eólica e de biomassa após 12 meses, contados a partir da publicação da lei. Os

descontos para novos empreendimentos hidráulicos até 30 MW serão concedidos por 5 anos adicionais. A partir desta data, os descontos serão reduzidos para 25% nos 5 anos seguintes.

1.4. Fator de ajuste de energia - Generation Scaling Factor — (GSF)

A severa crise hidrológica ocorrida entre 2012 e 2018 causou a redução dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas e elevou o despacho das usinas termoelétricas ao máximo. Com isso, o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) atingiu seu teto nos anos de 2014, 2015, 2017 e 2018, elevando a exposição das geradoras de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP), em decorrência do GSF.

Após longo período de discussões, inclusive judiciais, foi editada a Lei nº 14.052/ 2020 que apresentou as diretrizes sobre a compensação, mediante a prorrogação dos prazos dos contratos de concessão aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) pela parte não correspondente ao risco hidrológico, decorrentes de:

- i. restrições ao escoamento de energia das usinas hidrelétricas estruturantes em função do atraso na entrada em operação de instalações de transmissão;
- ii. da diferença entre a garantia física outorgada na fase de motorização das usinas hidrelétricas estruturantes e os valores da agregação efetiva de cada unidade geradora motorizada ao Sistema Interligado Nacional (SIN);
- iii. Geração termelétrica despachada fora da ordem de mérito.

Ainda de acordo com a Lei nº 14.052 e regulamentação Aneel 895/2020, foram confirmados, em agosto, pela Resolução Homologatória Aneel 2.919/2021, os valores divulgados em março, resarcindo as usinas sob administração da Companhia, em função do acordo referentes a riscos “não hidrológicos” no mercado livre. Como efeito, após aprovações de acordo com a governança, foi reconhecido, no terceiro trimestre, um acréscimo de R\$ 154,8 milhões em seu Ativo Intangível em contrapartida à conta de Recuperação de Custos, no resultado. Esse valor representa uma extensão de aproximadamente 10 meses nos contratos de concessão das usinas de Ilha Solteira e Jupiá.

Em atendimento ao cronograma da Lei nº 14.052 /2021, em 29 de setembro a companhia protocolou na Aneel a documentação para a adesão ao acordo do GSF relativa às UHEs Jupiá e Ilha Solteira (pedido de homologação e Termo de compromisso elaborado pela Aneel).

1.5. Redução da defluência das UHEs Jupiá e Ilha Solteira

A situação hidrológica na qual se encontravam as bacias hidrográficas do Sistema Interligado Nacional (SIN) no final do 1º trimestre de 2021, caracterizada como a pior do histórico de 91 anos para a bacia do Rio Paraná motivou a solicitação em 22 de março, pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), de flexibilização da vazão defluente mínima estabelecida para a UHE Jupiá, com o objetivo de contribuir para a preservação dos estoques armazenados em reservatórios de cabeceira do rio e manutenção da segurança hídrica da bacia. A previsão de condições desfavoráveis para o período seco levou a nova solicitação do ONS, em 07 de maio, para que fosse avaliada a possibilidade de a Companhia aumentar a amplitude dos testes de forma a praticar defluências inferiores a 3.200m³/s, na direção de 2.500m³/s.

Em reunião do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE) de 27 de maio, foi reconhecida a importância da implementação das flexibilizações das restrições hidráulicas de algumas usinas hidrelétricas, dentre elas, as UHEs Jupiá e Ilha Solteira.

Diante disso, em 01 de junho, foi publicada a Resolução da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) nº 77, que reconhece a situação crítica de escassez quantitativa dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná até 30 de novembro de 2021 e subsidia a adoção de medidas temporárias para assegurar os usos múltiplos da água e buscar a segurança hídrica.

Em 11 de junho de 2021, a Portaria nº 524 foi publicada determinando início imediato da realização de testes de redução de defluência mínima praticada na UHE Jupiá, até atingir o valor de 2.300m³/s de forma estável, a partir de 1º de julho de 2021.

Com o objetivo de melhorar as condições de geração hidrelétrica em Ilha Solteira, em 21 de junho, a ANA publicou a REN 84/2021, autorizando a operação excepcional do reservatório da hidrelétrica Ilha Solteira, mantendo um nível igual ou superior a 325m³ entre 1º de julho e 6 de agosto.

Na sequência, em 28 de junho, foi publicada a MPV 1.055, instituindo a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), com vistas a estabelecer medidas emergenciais para otimizar o uso dos recursos hidroenergéticos, sendo que em 08 de julho a Câmara fixou, dentre outras decisões, as cotas mínimas de operação para o reservatório da usina de Ilha Solteira.

De agora em diante, deverão ser aprofundados os estudos pelo ONS, em conjunto com a ANA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e agentes concessionários, sobre a evolução das condições de operação dos reservatórios dessas usinas e encaminhar para avaliação do CMSE em caso de necessidade de ajuste da operação.

1.6. COVID – 19

1.6.1. Impactos causados pela pandemia e medidas adotadas pela Companhia.

Diante do cenário desafiador e incerto imposto pela pandemia do Covid-19, a Companhia implantou um Comitê Executivo Multidisciplinar que estabeleceu e acompanhou o andamento de programas e ações, com os objetivos de garantir a segurança e proteção dos seus profissionais e prestadores de serviço, minimizar os impactos nas suas atividades e garantir a continuidade das suas operações em seu mais alto nível.

Em paralelo, foi desenvolvido um protocolo de atendimento médico e disponibilizado um canal através da telemedicina, para acompanhamento diário da evolução do quadro de saúde, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento, quando necessário, à unidade de atendimento hospitalar visando garantir o correto tratamento ao profissional. Em complemento a estas ações, foi implementado o processo de testagem PCR para todos os profissionais que regularmente acessam as suas unidades.

Adicionalmente, campanhas de comunicação e conscientização foram estabelecidas com o objetivo de apresentar as mais recentes informações científicas, assim como a realização de palestras virtuais com alguns dos mais renomados e reconhecidos profissionais nas áreas médica e científica no Brasil.

Entre outras ações práticas, disponibilizou equipamentos para medição de temperatura dos profissionais que frequentam as unidades e intensificou as medidas de higienização e limpeza nos locais de comum acesso para reduzir o risco de contágio.

Com a evolução da vacinação no Brasil, as atividades presenciais nos escritórios da Companhia serão retomadas de forma gradual a partir de setembro, priorizando os profissionais com vacinação

completa, que deverão seguir rígido protocolo sanitário definido pelo Comitê Executivo Multidisciplinar e que terão acesso a estas localidades em dias alternados, para maior segurança e saúde de todos.

Esforços também foram direcionados na gestão feita pelas áreas Comercial e Financeira junto à carteira de clientes, revisitando seus níveis de contratação, de forma a evitar perdas financeiras, cujo resultado foi alcançado com sucesso até o momento. Da mesma forma, a Administração acompanhou a evolução dos contratos com seus principais fornecedores, assegurando que as obrigações contratuais seguissem sendo cumpridas.

Principalmente pela atividade da Companhia ser essencial para o funcionamento da economia e assistência à pandemia, não houve impactos relevantes no desempenho de suas operações e nem em seu fluxo de caixa. Como contribuição à sociedade, foram investidos recursos em termos de tempo de suas equipes e financeiros, na viabilização das ações de prevenção e controle da proliferação do vírus.

A retração das atividades econômicas no mercado nacional foi minimizada pela estratégia de sazonalização e gestão do balanço energético da Companhia. Já a trajetória de fortes oscilações em diversos índices no mercado financeiro demandou grande esforço da Administração para minimizar seus impactos.

Embora não tenha ocorrido nenhum grande impacto financeiro, os riscos em decorrência da pandemia permanecem incertos e, com isso, sem mensuração segura. Inclusive, existe a exposição a eventuais restrições legais e de mercado que podem ser impostas pelo Governo e reguladores. Assim, não é possível assegurar que não haverá impactos futuros nas operações enquanto a pandemia perdurar.

1.6.2. Determinações regulatórias

Em decorrência da pandemia e seus impactos sobre o setor elétrico foi publicada a MPV nº 950/2020 regulamentada pelo Decreto 10.350/2020 que viabilizou ações para prover recursos para mitigação dos impactos da redução das atividades através da criação da Conta-Covid. Os critérios e procedimentos para gestão da Conta-Covid foram discutidos sob a forma de Consulta Pública no âmbito da Aneel e regulamentados pela REN nº 885/2020.

A medida autoriza a CCEE a realizar empréstimos bancários para cobrir déficits ou antecipar receitas das distribuidoras de energia referentes às competências de abril a dezembro de 2020, no limite de R\$16,1 bilhões, diluindo o impacto financeiro causado pela pandemia em 60 meses, prazo ajustado para o pagamento do empréstimo pelas distribuidoras às instituições financeiras.

Em paralelo, a Aneel homologou as regras de repasse dos recursos dos programas de P&D e EE destinados à modicidade tarifária à CDE.

De acordo com a Lei nº 14.120/2021, serão destinados à CDE os recursos não comprometidos com projetos contratados ou iniciados entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 no limite de 70% dos valores investidos em pesquisa e desenvolvimento, com a presente obrigação a Companhia repassou o valor de R\$ 1.299 referente ao período de 01 de setembro de 2020 até 31 de janeiro de 2021 e a partir do mês de Fevereiro de 2021 deverá repassar o percentual de 30% dos recursos de P&D para CDE, conforme despacho nº 904 de 30 de março de 2021.

1.7. Crise hídrica

O Brasil enfrenta a pior crise hídrica dos últimos 91 anos e, diante desse cenário, diversos reservatórios de hidrelétricas no país estão próximos do seu nível mínimo para a geração de energia elétrica.

Os sistemas do Sudeste (onde se localizam a maioria das usinas hidrelétricas da Companhia) e Centro-Oeste, responsáveis por cerca de 70% da geração hidrelétrica do país, têm sofrido uma deterioração rápida da situação hidrológica, e atualmente operam com volume bem reduzido.

A verificação dos baixos níveis de afluência no último período, em comparação aos níveis históricos, preocupou os órgãos reguladores quanto à capacidade de atendimento da matriz energética brasileira e, por consequência, direcionou o despacho de todo parque de usinas térmicas disponíveis.

Dentro desse contexto, o efeito esperado é o da manutenção dos preços de energia (PLD) no teto estabelecido pela Aneel (R\$ 583,88/MWh) ao longo de todo o período seco além do GSF ser apurado em patamares muito aquém do estimado.

Em razão da crise hídrica, em 01 de junho de 2021 foi publicada a Resolução nº 77, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) que reconhece a situação crítica de escassez.

Em 28 de junho, foi instituída a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG), com vistas a estabelecer medidas emergenciais para otimizar o uso dos recursos hidroenergéticos.

A partir da instituição da CREG, deverão ser aprofundados os estudos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em conjunto com a ANA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e agentes concessionários, sobre a evolução das condições de operação dos reservatórios e encaminhamento para avaliação do CMSE em caso de necessidade de ajuste da programação da geração.

Diante do cenário instalado, foi criado, pela Companhia, um grupo de Crise composto pelas áreas Jurídica, Regulatória, Meio Ambiente, Engenharia da Operação e Comunicação, cujo objetivo é otimizar os recursos disponíveis para mitigar os efeitos desse momento desafiador em razão da escassez hídrica. Esse grupo segue acompanhando e participando das iniciativas e cumprindo as determinações regulatórias com o objetivo de conter os impactos da estiagem, bem como o impacto em suas operações e nas informações contábeis.

1.8. Implementação do SAP

A Companhia, alinhada à estratégia do grupo, CTG Brasil, uma das líderes em geração de energia limpa no País, escolheu o ecossistema de soluções SAP para dar sustentação à modernização dos processos de negócios da empresa, impulsionando a transformação digital da Companhia. Com a adoção do sistema de gestão SAP S/4HANA e outras soluções, a empresa avança na estratégia de transformação digital a partir da integração das operações e unificação de processos. Inclusive, esse é um fator determinante para consolidar a estratégia de crescimento de longo prazo, contribuindo para a geração de energia 100% limpa e renovável com excelência.

O projeto, intitulado ONE, foi iniciado em 2020, teve o go-live em julho de 2021 e está em fase final de estabilização, com funcionamento sem interrupções, incluindo todo o faturamento da empresa rodando no SAP S/4HANA, além do fechamento contábil e fiscal já concluído dentro do planejado no novo sistema. Outro destaque da migração é a integração das demandas de manutenção das 8 usinas hidrelétricas e 2 pequenas centrais hidrelétricas em um único sistema, substituindo os 2 sistemas utilizados anteriormente para essa finalidade.

1.9. Atualização da RAG ciclo 2021/2022

Foi publicada em 22 de julho de 2021 Resolução homologatória nº 2.902/2021 para a RAG referente ao período de julho/2021 até junho/2022. Devido aos excelentes índices de disponibilidade (dezembro/2020) das UHEs Ilha Solteira (94,36%) e Jupiá (91,42%), diante da gestão e evolução do projeto de modernização das usinas, houve um acréscimo na RAG

correspondente à parcela de ajuste pela indisponibilidade Apurada ou Desempenho Apurado (Ajl) que afere o padrão de qualidade da UHE.

2. Apresentação das informações trimestrais - ITR

2.1. Aprovação das informações trimestrais - ITR

A emissão dessas informações trimestrais foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 11 de novembro de 2021.

2.2. Base de preparação e mensuração

As informações intermediárias da Companhia foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB) International Financial Reporting Standards – (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

A administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais – ITR estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Administração declara que a base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas que as utilizadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

As informações trimestrais, estão apresentadas em reais, moeda funcional utilizada pela Companhia.

As demais informações relativas à apresentação das demonstrações financeiras publicadas na nota explicativa nº 2 das demonstrações financeiras anuais de 2020, permanecem válidas para esse trimestre.

2.4. Base de Consolidação

2.4.1. Método de equivalência patrimonial

Os investimentos em controladas, são reconhecidos nas informações trimestrais da Controladora com base no método de equivalência patrimonial.

2.4.2. Informações trimestrais consolidadas

A Rio Paraná Energia S.A., detém 100% (cem por cento) do capital social da Rio Paraná Eclusas S.A (montante de R\$ 131 em 30 de setembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020), que é uma

sociedade anônima de capital fechado e tem como objeto social a operação e manutenção da Eclusa de Jupiá, e serviços relacionados.

O contrato foi firmado em 30 de agosto de 2018 com duração prevista de 5 anos. Nos termos desse contrato, as receitas pelos serviços prestados são faturadas diretamente para o DNIT e a principal obrigação assumida pela Companhia compreende a operação do sistema de transposição de desnível da Usina Hidrelétrica (UHE) Engenheiro Souza Dias.

Conforme ofício nº 45211/2021 emitido pelo DNIT no dia 09 de abril de 2021, a partir de 12 de abril de 2021 a empresa Rio Paraná Eclusas S.A. foi notificada pela paralisação da prestação de serviços do sistema de transposição de desnível da UHE Engenheiro Sousa Dias.

A Controlada aguarda pela negociação da rescisão do contrato vigente e pelo recebimento das posições em aberto junto ao DNIT.

Durante o ano de 2021 a Rio Paraná Eclusas recebeu o montante de R\$ 1.793, correspondente a 20 parcelas do aditivo contratual assinado durante o exercício de 2020, permanecendo o valor de R\$ 1.072 a ser recebido.

Considerando que esse investimento não é relevante em 30 de setembro de 2021, a Companhia não preparou informações trimestrais consolidadas, uma vez que, adicionalmente sua controladora, a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., providencia e disponibiliza informações trimestrais consolidadas de todo o grupo no Brasil.

Seguem, para referência, as principais cifras da controlada Rio Paraná Eclusas:

	30/09/2021	31/12/2020
Ativo	3.164	322
Passivo	1.970	2.137
Patrimônio líquido	1.194	(1.815)

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis não se alteraram em relação ao divulgado na nota explicativa nº 3 das demonstrações financeiras anuais de 2020.

4. Gestão de riscos do negócio

As informações sobre fatores de risco descritas nota explicativa nº 4 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020 permanecem válidas para essas informações trimestrais, exceto pela atualização das notas explicativas de risco de liquidez, análise de sensibilidade, gestão de capital, descritas a seguir:

4.1. Riscos financeiros

4.1.1. Risco de liquidez

A Companhia monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas restritivas (“covenants”), cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

A Companhia investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões anteriormente mencionadas.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos (debêntures e empréstimos) da Companhia e os respectivos prazos de amortização. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Dívida	Emissão	Série	Remuneração	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a dois anos	Mais de dois anos	Total
Debêntures	1 ^a	1	Variação DI + 1,05% ao ano	8.162	131.318	130.218	-	269.698
Debêntures	1 ^a	2	Variação IPCA + 6,15% ao ano	8.745	8.863	18.127	346.504	382.239
Debêntures	2 ^a	1	Variação DI + 1,20% ano/ano	6.584	9.348	16.904	209.625	242.461
Debêntures	2 ^a	2	Variação IPCA + 4,63% ao ano	15.044	15.931	32.519	1.153.112	1.216.606
Tokyo-Mitsubishi	-	-	DI + 0,45% ao ano	25.659	748.838	712.253	-	1.486.750
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	-	-	4,29% + Dólar	382.219	369.662	788.146	1.809.772	3.349.799
				446.413	1.283.960	1.698.167	3.519.013	6.947.553

4.2. Análise de sensibilidade

A Companhia em atendimento ao disposto no item 40 do CPC 40 (R1) / IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, divulgam quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, compostos por aplicações financeiras, ativo vinculado a concessão, empréstimos, debêntures e provisão para grandes reparos ao qual a Companhia está exposto na data de encerramento do período.

O cálculo da sensibilidade para o cenário provável foi realizado considerando a variação entre as taxas e índices vigentes em 30 de setembro de 2021 e as premissas disponíveis no mercado para os próximos 12 meses (fonte: Banco Central do Brasil) sobre as taxas de juros e índices flutuantes em relação ao cenário provável.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de setembro de 2021 podem ser assim sumariados:

Instrumentos financeiros	Indexador	Varição Provável do Indexador	30/09/2021	Cenário Provável
Ativos financeiros				
Aplicação financeira em fundos de renda fixa	CDI	6,38%	990.229	63.165
Ativo financeiro vinculado a concessão	IPCA	3,12%	10.992.175	342.614
			11.982.404	405.779
Passivos financeiros				
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.	4,29% + Dolar	5,35	(3.523.618)	60.397
Provisão para grandes reparos	IPCA	3,12%	(1.157.941)	(36.092)
Provisão para grandes reparos	IGP-M	2,64%	(771.960)	(20.391)
Empréstimo Tokyo Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	6,38%	(1.350.688)	(92.624)
Debêntures 1 ^a emissão série 1	DI + 1,05% ao ano	6,38%	(243.547)	(18.256)
Debêntures 1 ^a emissão série 2	IPCA + 6,15% ao ano	3,12%	(284.729)	(26.931)
Debêntures 2 ^a emissão série 1	DI + 1,20% ao ano	6,38%	(197.248)	(15.100)
Debêntures 2 ^a emissão série 2	IPCA + 4,63% ao ano	3,12%	(657.399)	(48.607)
			(8.187.130)	(197.604)
Total da exposição líquida			3.795.274	208.175

4.3. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Nota	30/09/2021	31/12/2020
Empréstimos	14	1.350.688	2.025.562
Debêntures	15	1.382.923	500.057
Partes relacionadas passiva China Three Gorges (Luxembourg)	19.4	3.523.618	3.625.934
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(990.308)	(167.446)
Dívida Líquida		5.266.921	5.984.107
Patrimônio Líquido		9.587.291	8.546.069
Total do capital		14.854.212	14.530.176
Índice de alavancagem financeira - (%)*		35,5	41,2

* Dívida Líquida / Total do capital

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Composição

	30/09/2021	31/12/2020
Caixas e bancos	79	81
Aplicações financeiras	990.229	167.365
Certificado de depósito bancário (CDB)	990.229	167.365
	990.308	167.446

A variação positiva se deve a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia.

5.2. Qualidade de créditos do caixa, e equivalentes de caixa

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

Standard & Poor's	Moody's	Fitch	30/09/2021	31/12/2020
AAA	-	-	789.501	105.745
-	AA3	-	200.806	61.694
-	-	AA	1	7
			990.308	167.446

A íntegra das informações relacionadas à nota de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas são as mesmas descritas na nota explicativa nº 5 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

6. Clientes

6.1. Composição

	À vencer		30/09/2021	31/12/2020
	Até 90 dias	Acima de 365 dias		
Contratos ACL	68.749	-	68.749	82.649
Contratos ACR	243.041	-	243.041	227.738
Energia de curto prazo (MRE/MCP)	582	149	731	172.587
	312.372	149	312.521	482.974

6.2. Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD)

As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são avaliadas periodicamente conforme descrito na nota explicativa nº 6.2 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

Até o momento não foram observadas perdas por inadimplência em decorrência do cenário envolvendo a pandemia do COVID – 19.

6.3. Qualidade de créditos dos clientes

Rating interno	30/09/2021		31/12/2020	
	%	R\$	%	R\$
1 - Excelente	-	-	2,2	1.876
2 - Bom	45,6	31.322	31,1	25.683
3 - Satisfatório	50,1	34.414	57,3	47.334
4 - Regular	4,3	3.013	9,4	7.756
5 - Crítico	-	-	-	-
	100,0	68.749	100,0	82.649

O quadro acima demonstra a qualidade de crédito dos clientes no mercado de contratação livre, mercado que a Companhia avalia como de maior risco.

A íntegra das informações relacionadas a nota de Clientes está descrita na nota explicativa nº 6 das demonstrações financeiras anuais de do exercício de 2020.

7. Tributos a recuperar/recolher

	30/09/2021	31/12/2020
Ativo		
PIS e COFINS a recuperar	-	2.258
ICMS	4.160	2.104
Outros	290	256
	4.450	4.618
Passivo		
IRPJ e CSLL a recolher do período	307.657	210.875
PIS e COFINS a recolher do mês	19.074	-
Outros	2.217	2.108
	328.948	212.983

8. Depósitos judiciais

		Fiscais
Saldo em 31 de dezembro de 2020		477.820
Variações monetárias		8.372
(-) Baixas		(12)
Saldo em 30 de setembro de 2021		486.180

A íntegra das informações relacionadas aos depósitos judiciais está descrita na nota explicativa nº 8 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

9. Ativo financeiro vinculado à concessão

9.1. Bonificação pela Outorga de contrato de concessão em regime de cotas

9.1.1. Composição

	30/09/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Principal	268.856	6.519.747	6.788.603	268.856	6.721.389	6.990.245
Juros e atualização monetária	806.492	3.397.080	4.203.572	932.500	2.569.123	3.501.623
	1.075.348	9.916.827	10.992.175	1.201.356	9.290.512	10.491.868

9.1.2. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2020		10.491.868
Juros e atualização monetária		1.296.913
Liquidação juros e atualização monetária		(587.840)
Liquidação principal		(201.642)
Atualização do retorno da bonificação pela outorga		(7.124)
Saldo em 30 de setembro de 2021		10.992.175

A íntegra das informações relacionadas ao ativo financeiro vinculado à concessão está descrita na nota explicativa nº 9 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

10. Imobilizado

10.1. Composição

	30/09/2021			31/12/2020	Taxa média anual de depreciação
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	
Em serviço					
Máquinas e equipamentos	195	(91)	104	116	8,2%
Veículos	6.245	(2.741)	3.504	3.673	13,7%
Móveis e utensílios	2.438	(752)	1.686	1.483	4,8%
Outros	9.755	(3.178)	6.577	5.836	14,5%
	18.633	(6.762)	11.871	11.108	
Em curso	27.857	-	27.857	-	
	27.857	-	27.857	-	
	46.490	(6.762)	39.728	11.108	

10.2. Movimentação

	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 30/09/2021
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	116	-	-	-	(12)	104
Veículos	3.673	-	(71)	546	(644)	3.504
Móveis e utensílios	1.483	-	-	290	(87)	1.686
Outros	5.836	1.799	-	-	(1.058)	6.577
	11.108	1.799	(71)	836	(1.801)	11.871
Em curso						
	-	836	-	27.021	-	27.857
	-	836	-	27.021	-	27.857
	11.108	2.635	(71)	27.857	(1.801)	39.728

	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor líquido em 30/09/2020
Em serviço						
Máquinas e equipamentos	631	-	(486)	-	(25)	120
Veículos	3.368	-	(131)	1.227	(583)	3.881
Móveis e utensílios	468	7	-	1.152	(147)	1.480
Outros	5.906	1.101	-	-	(875)	6.132
	10.373	1.108	(617)	2.379	(1.630)	11.613
Em curso						
	-	1.994	-	(1.994)	-	-
	-	1.994	-	(1.994)	-	-
	10.373	3.102	(617)	385	(1.630)	11.613

A íntegra das informações relacionadas ao imobilizado está descrita na nota explicativa nº 10 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

11. Intangível

11.1. Composição

	30/09/2021		31/12/2020	Taxa média anual de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	
Em serviço				
Infraestrutura de concessão	6.513.337	(2.588.842)	3.924.495	4.030.866
Provisão para grandes reparos	2.863.840	(384.734)	2.479.106	2.259.289
Software	6.698	(4.943)	1.755	2.464
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	154.872	(1.002)	153.870	-
	9.538.747	(2.979.521)	6.559.226	6.292.619
Em curso				
	19.020	-	19.020	39.352
	19.020	-	19.020	39.352
	9.557.767	(2.979.521)	6.578.246	6.331.971

11.2. Movimentação

	Valor líquido em 31/12/2020	Adições	Transferências	Amortização	Valor líquido em 30/09/2021
Em serviço					
Infraestrutura de concessão	4.030.866	-	14.688	(121.059)	3.924.495
Provisão de grandes reparos	2.259.289	295.785	-	(75.968)	2.479.106
Software	2.464	-	205	(914)	1.755
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	-	154.872	-	(1.002)	153.870
	6.292.619	450.657	14.893	(198.943)	6.559.226
Em curso					
	39.352	22.418	(42.750)	-	19.020
	39.352	22.418	(42.750)	-	19.020
	6.331.971	473.075	(27.857)	(198.943)	6.578.246

Do valor total das adições ocorridas no período, o montante classificado na linha de “Em curso” R\$ 6.454 se refere a licença para implementação do novo ERP, na linha de provisão para grandes reparos se refere a captação da 2^a. emissão série 2 de debêntures, conforme a nota explicativa nº 18.2 e na linha de extensão da concessão se refere ao registro do acordo do GSF conforme nota explicativa nº 1.4.

	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Valor líquido em 30/09/2020
Em serviço						
Infraestrutura de concessão	4.193.329	-	(6.604)	4.636	(123.529)	4.067.832
Provisão de grandes reparos	2.180.566	-	-	-	(63.063)	2.117.503
Software	2.136	-	-	1.514	(855)	2.795
	6.376.031	-	(6.604)	6.150	(187.447)	6.188.130
Em curso						
	22.640	15.027	-	(6.535)	-	31.132
	22.640	15.027	-	(6.535)	-	31.132
	6.398.671	15.027	(6.604)	(385)	(187.447)	6.219.262

A íntegra das informações relacionadas ao intangível está descrita na nota explicativa nº 11 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

12. Fornecedores

12.1. Composição

	30/09/2021	31/12/2020
Suprimento de energia elétrica	63.115	4.362
Materiais e serviços contratados	42.455	33.152
Encargos de uso da rede elétrica	47.216	44.618
Tust	47.216	44.618
	152.786	82.132

O aumento na rubrica de suprimento de energia elétrica decorre devido ao período que foi marcado pela elevação dos preços de mercado em decorrência da crise hídrica, afetando também negativamente o GSF e intensificando a necessidade de compras para mitigação de exposições.

13. Encargos setoriais

As obrigações a recolher provenientes de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

13.1. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Em 1 de março de 2021 a Aneel homologou a Lei nº 14.120 que rege as regras de repasse dos recursos dos programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética (PEE) destinadas à modicidade tarifária à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Para mais informações, vide nota explicativa nº 1.6.2.

13.2. Composição

	30/09/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
CFURH	13.789	-	13.789	19.253	-	19.253
P&D	35.231	36.223	71.454	21.486	44.020	65.506
TFSEE	2.547	-	2.547	4.586	-	4.586
CDE	762	-	762	-	-	-
	52.329	36.223	88.552	45.325	44.020	89.345

A íntegra das informações referentes aos encargos setoriais está descrita na nota explicativa nº 13 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

14. Empréstimos

14.1. Composição

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento	30/09/2021			
			Circulante			Não circulante
			Principal	Juros	Total	Principal
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	688	675.688	675.000
			675.000	688	675.688	675.000

Instituição financeira	Remuneração	Vencimento	31/12/2020			
			Circulante			Não circulante
			Principal	Juros	Total	Principal
Tokyo-Mitsubishi	DI + 0,45% ao ano	29/06/2023	675.000	562	675.562	1.350.000
			675.000	562	675.562	1.350.000

14.2. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2023
Tokyo-Mitsubishi	675.000

14.3. Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.025.562
Apropriação de juros	47.373
Pagamento de principal	(675.000)
Pagamento de juros	(47.247)
Saldo em 30 de setembro de 2021	1.350.688

A Companhia realizou em março, junho e setembro pagamento de juros nos montantes de R\$11.696, R\$17.871 e R\$ 17.680, respectivamente. Além de pagamento de principal em junho no valor de R\$ 675.000.

14.4. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

14.4.1. Covenants Financeiros

Para o período findo em 30 de setembro de 2021, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros conforme demonstrado abaixo:

Índice financeiro	Limites	30/09/2021
Dívida líquida / Ebitda	Maior que 1,0 e menor que 4,5	1,6

A íntegra das informações relacionadas aos empréstimos está descrita na nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

15. Debêntures

15.1. Composição

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	30/09/2021					
				Circulante			Não circulante		
				Principal	Juros e (custos de transação)	Total	Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
1 ^a	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	120.000	3.745	123.745	120.000	(198)	119.802
1 ^a	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	-	3.973	3.973	240.000	40.756	280.756
2 ^a	1	DI + 1,20% ao ano	15/06/2024	-	2.900	2.900	195.000	(652)	194.348
2 ^a	2	IPCA + 4,63% ao ano	15/06/2031	-	6.554	6.554	650.000	845	650.845
				120.000	17.172	137.172	1.205.000	40.751	1.245.751

Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	31/12/2020		
				Não circulante		
				Principal	Variação monetária e (custos de transação)	Total
1 ^a	1	DI + 1,05% ao ano	15/06/2023	240.000	(524)	239.476
1 ^a	2	IPCA + 6,15% ao ano	16/06/2025	240.000	20.581	260.581
				480.000	20.057	500.057

15.2. Movimentação

	1 ^a Emissão		2 ^a Emissão		Total
	Série 1	Série 2	Série 1	Série 2	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	239.476	260.581	-	-	500.057
Captação de debêntures	-	-	195.000	650.000	845.000
Custos de transação	-	-	(1.118)	(20.805)	(21.923)
Capitalização de custos de transação	200	660	-	346	1.206
Capitalização de juros	7.939	12.920	-	8.808	29.667
Capitalização de variação monetária	-	18.715	-	19.050	37.765
Amortização de custos de transação	-	-	125	-	125
Apropriação de juros	-	-	3.241	-	3.241
Pagamento de juros	(4.068)	(8.147)	-	-	(12.215)
Saldo em 30 de setembro de 2021	243.547	284.729	197.248	657.399	1.382.923

15.3. Vencimento

Vencimento a longo prazo	2023	2024	2025	a partir de 2026	Total
Debêntures	115.292	342.957	148.772	638.730	1.245.751

15.4. Cláusulas restritivas (“Covenants”)

15.4.1. Covenants financeiros

Índice financeiro	Limites	30/09/2021
Ebitda / Resultado financeiro ajustado	Igual ou superior a 2,0	12,02
Dívida líquida / Ebitda	Igual ou inferior a 3,2	0,70
Dívida total / (Dívida total + Capital social)	Igual ou inferior a 0,9	0,29

15.5. Captação da 2ª emissão de debêntures

Em 15 de junho de 2021 a Companhia captou R\$ 845.000 (oitocentos e quarenta e cinco milhões de reais) no mercado na forma de dívida, por meio da 2ª. emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais.

As liberações efetivas dos recursos oriundos das séries 1 e 2 ocorreram em 22 de junho de 2021 e não houve incidência de juros e variação monetária relevantes incorridos entre a data da emissão das debêntures e a liberação efetiva dos recursos. A emissão foi realizada em duas séries, sendo a série 1.000 composta de 195.000 (cento e noventa e cinco mil) debêntures no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em três anos e a série 2 composta de 650.000 (seiscentos e cinquenta mil) debêntures, no valor nominal de R\$ 1.000 (mil reais) cada, com prazo de vencimento em dez anos, totalizando assim 845.000 (oitocentos e quarenta e cinco mil) debêntures.

A oferta foi emitida com base nas deliberações:

- da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 29 de abril de 2021 e;
- e re-ratificada em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de maio de 2021 (em conjunto com as “RCAs da Companhia”.

Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão utilizados conforme abaixo:

- A totalidade dos recursos obtidos com a série 1 será destinada a reforço do capital de giro;
- A totalidade dos recursos obtidos com a série 2 será destinada para investimento, pagamento futuro ou reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos projetos de grandes reparos (modernização) das usinas hidrelétricas denominadas Jupiá e Ilha Solteira, vide nota explicativa nº 18.2;

Os custos de transação incorridos na captação estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido e foram considerados para determinar a taxa efetiva dos juros, em consonância com o CPC 08 – Custos de transações e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários.

As cláusulas restritivas (“covenants”) previstas na escritura da 2ª emissão das debêntures são similares às constantes nas escrituras de 1ª emissão.

Os juros remuneratórios da 2^a emissão de debêntures da série 1 correspondem a 100% da taxa DI acrescida de uma sobretaxa de 1,20% ao ano, para a série 2 os juros serão atualizados pela variação do IPCA acrescidos de juros de 4,63% ao ano.

A íntegra das informações relacionadas às demais debêntures está descrita na nota explicativa nº 15 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

16. Provisões para riscos

A Companhia declara que as informações sobre a natureza das provisões, contingências e suas circunstâncias estão descritas na nota explicativa nº 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020 e permanecem válidas em todos os aspectos relevantes para essas ITR.

16.1. Provisões para riscos

16.1.1. Composição

	30/09/2021			31/12/2020
	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões líquidas	Provisões
Regulatórias	160.213	-	160.213	156.264
Cíveis	3	-	3	-
Indenizações de benfeitorias	3	-	3	-
Trabalhistas	1.474	(43)	1.431	174
Ambientais	1.097	-	1.097	816
	162.787	(43)	162.744	157.254

16.1.2. Movimentação

	Regulatórias	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Total
		Indenizações de benfeitorias			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	156.264	-	174	816	157.254
Provisões para riscos					
Provisões / (reversões)	-	3	1.287	225	1.515
Variações monetárias	3.949	-	13	56	4.018
	3.949	3	1.300	281	5.533
Depósitos judiciais					
(Adições)	-	-	(43)	-	(43)
	-	-	(43)	-	(43)
Saldo em 30 de setembro de 2021	160.213	3	1.431	1.097	162.744

	Regulatórias	Trabalhistas	Ambientais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	152.376	-	690	153.066
Provisões para riscos				
Provisões / (reversões)		169	-	169
Variações monetárias	3.541	-	108	3.649
Acordos / pagamentos	(386)	-	-	(386)
	3.155	169	108	3.432
Saldo em 30 de setembro de 2020	155.531	169	798	156.498

16.1.3. Ambiental

A principal variação se deve a reavaliação do valor firmado em entre a Companhia e o Ministério Público Federal (MPF), referente ao processo que discute a decisão administrativa do IBAMA a respeito da renovação da Licença de Operação da UHE Jupiá.

16.1.4. Trabalhistas

A principal variação se deve a publicação de sentença desfavorável em 3 casos trabalhista de ex-empregados da Companhia.

16.2. Contingências possíveis

	30/09/2021	31/12/2020
Ambientais	1.242.057	1.063.095
Fiscais	487.321	478.578
Trabalhistas	11.883	11.854
Cíveis	4.528	3.920
	1.745.789	1.557.447

16.2.1. Ambientais

A principal variação da contingência ambiental é explicada basicamente pelo recebimento de 1 Ação Civil Pública (ACP), ajuizada pelo MPF de Três Lagoas/MS e 1 auto de infração (AI), lavrado pelo IBAMA.

A íntegra destas informações está descrita na nota explicativa nº 16 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

17. Juros sobre capital próprio a pagar

	Saldo em 31/12/2020	JSCP pagos	Saldo em 30/09/2021
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	379.968	(327.325)	52.643
Huikai Clean Energy S.A.R.L.	189.982	(163.660)	26.322
	569.950	(490.985)	78.965

Conforme AGE realizada em 18 de dezembro de 2020, em 12 março e 17 de junho ocorreram pagamentos parciais de juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia.

A íntegra das informações relacionadas aos juros sobre capital próprio a pagar está descrita na nota explicativa nº 18 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

18. Provisão para grandes reparos

18.1. Composição

	30/09/2021		
	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para grandes reparos	444.310	3.711.005	4.155.315
(-) Ajuste a valor presente	(289.304)	(1.936.110)	(2.225.414)
	155.006	1.774.895	1.929.901

	31/12/2020		
	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para grandes reparos	323.205	3.102.993	3.426.198
(-) Ajuste a valor presente	(256.070)	(1.713.701)	(1.969.771)
	67.135	1.389.292	1.456.427

18.2. Movimentação

	Provisão para grandes reparos	Ajuste a valor presente	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.426.198	(1.969.771)	1.456.427
Realização de provisão	(176.398)	-	(176.398)
Recurso parcial de debêntures	295.785	-	295.785
Atualização	609.730	-	609.730
Amortização - Ajuste a valor presente	-	(255.643)	(255.643)
Saldo em 30 de setembro de 2021	4.155.315	(2.225.414)	1.929.901

A Companhia utilizou inicialmente parte do recurso captado na 2^a emissão serie 2 de debêntures para gastos provenientes a grandes reparos (modernização), conforme previsto e destacado na nota explicativa nº 15.5.

As características dos saldos são as mesmas descritas na nota explicativa nº 19 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

19. Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela China Three Gorges Brasil Energia Ltda (constituída no Brasil), que detém 66,67% das ações da Companhia. O controlador em última instância é a China Three Gorges Corporation, empresa de energia estatal chinesa.

19.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

Segue detalhe da remuneração relacionada às pessoas-chave da Administração:

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Benefícios de curto prazo para administradores	995	2.987	1.020	3.046
Benefícios pós-emprego	42	122	39	112
	1.037	3.109	1.059	3.158

19.2. Composição

	30/09/2021				31/12/2020		
	Ativo		Passivo		Passivo		
	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda	-	3.557	-	3.557	4.068	-	4.068
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	-	-	-	-	2.138	-	2.138
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	387	-	387	370	-	370
CTG Trading Brasil Ltda.	60.537	60.017	-	60.017	-	-	-
China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L	-	693.430	2.830.188	3.523.618	621.592	3.004.342	3.625.934
	60.537	757.391	2.830.188	3.587.579	628.168	3.004.342	3.632.510

19.3. Resultado

	01/01/2021 a 30/09/2021				
	Venda de energia	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	-	-	(29.252)	-	(29.252)
Rio Verde Energia S.A.	-	(16.565)	-	-	(16.565)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	(3.536)	(3.536)
CTG Trading Brasil Ltda.	60.537	(60.018)	-	-	519
	60.537	(76.583)	(29.252)	(3.536)	(48.834)

	01/01/2020 a 30/09/2020				
	Despesa de energia	Compra de energia	Compartilhamento de despesas	Prestação de serviços	Total
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	-	-	(33.734)	-	(33.734)
CTG Brasil Negócios de Energia S.A.	-	(23.355)	-	-	(23.355)
CTG Brasil Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	(3.383)	(3.383)
Rio Paranapanema Energia S.A.	(3)	-	-	-	(3)
	(3)	(23.355)	(33.734)	(3.383)	(60.475)

19.4. Transações com China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L

Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.625.934
Pagamento de principal	(306.233)
Pagamento de juros	(93.655)
Apropriação de juros	137.431
Variação cambial	160.141
Saldo em 30 de setembro de 2021	3.523.618

No dia 20 de maio de 2021 a Companhia realizou o pagamento de juros e principal do empréstimo de partes relacionadas com a empresa China Three Gorges (Luxembourg) Energy S.A.R.L.

A íntegra das informações sobre partes relacionadas está descrita na nota explicativa nº 20 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social subscrito e integralizado

Posição acionária em 30/09/2021 e 31/12/2020		
	Ações ordinárias	%
Acionistas		
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	4.676.217.474	66,67
Huikai Clean Energy S.A.R.L	2.338.108.737	33,33
	7.014.326.211	100,00

A íntegra das informações sobre patrimônio líquido está descrita na nota explicativa nº 21 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

21. Receita operacional líquida

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receita operacional bruta				
Contratos ACL	267.551	726.618	237.097	670.253
Contratos ACR	730.789	2.079.702	594.734	1.914.730
Mercado de curto prazo (MCP)	44.199	84.779	22.971	96.386
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	1.503	1.513	2.939	5.890
	1.044.042	2.892.612	857.741	2.687.259
Receita de ativos financeiros				
Juros e atualização monetária	403.367	1.296.913	393.872	920.183
Liquidação juros e atualização monetária	(210.194)	(587.840)	(188.823)	(555.777)
Liquidação principal	(67.214)	(201.642)	(67.214)	(201.642)
Atualização do Retorno da Bonificação da Outorga (*)	(7.124)	(7.124)	(1.782)	(1.782)
	118.835	500.307	136.053	160.982
Total receita operacional bruta	1.162.877	3.392.919	993.794	2.848.241
Deduções à receita operacional				
PIS e COFINS	(88.367)	(244.244)	(79.761)	(234.421)
ICMS	(878)	(2.618)	(893)	(2.317)
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)	(9.173)	(25.282)	(8.142)	(23.909)
Compensação financeira de recursos hídricos	(12.876)	(43.452)	(21.039)	(61.510)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica	(2.202)	(6.264)	(2.031)	(5.976)
Encargos de uso da rede elétrica (TUST e TUSD)	(91.417)	(253.092)	(80.541)	(236.640)
	(204.913)	(574.952)	(192.407)	(564.773)
Receita operacional líquida	957.964	2.817.967	801.387	2.283.468

O aumento na receita se dá devido a receita de ativos financeiros em razão da diferença entre IPCA acumulado considerado pela Companhia (provisão) em relação ao da CCEE (realizado).

A íntegra das informações sobre a receita operacional líquida está descrita na nota explicativa nº 22 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

22. Energia elétrica vendida, comprada e encargos de uso da rede

22.1. Energia vendida

	01/07/2021 a 30/09/2021		01/01/2021 a 30/09/2021		01/07/2020 a 30/09/2020		01/01/2020 a 30/09/2020	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos ACL	1.310.063	267.551	3.842.399	726.618	1.391.592	237.097	4.057.668	670.253
Contratos ACR	4.464.489	730.789	11.459.365	2.079.702	4.885.657	594.734	11.510.875	1.914.730
Mercado de curto prazo (MCP)	-	44.199	200.051	84.779	90.171	22.971	438.186	96.386
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	121.935	1.503	124.559	1.513	239.756	2.939	488.658	5.890
	5.896.487	1.044.042	15.626.374	2.892.612	6.607.176	857.741	16.495.387	2.687.259

(*) Não revisados pelos auditores independentes

22.2. Energia comprada

	01/07/2021 a 30/09/2021		01/01/2021 a 30/09/2021		01/07/2020 a 30/09/2020		01/01/2020 a 30/09/2020	
	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$	MWh (*)	R\$
Contratos bilaterais	108.689	60.954	255.905	87.466	177.167	29.110	332.031	64.221
Mercado de curto prazo (MCP)	218.579	130.136	311.577	152.466	-	-	(1.665)	(373)
Mecanismo de realocação de energia (MRE)	89.995	1.232	395.926	6.177	59.894	980	185.197	3.442
(-) Crédito de PIS	-	(811)	-	(1.663)	-	(345)	-	(1.750)
(-) Crédito de COFINS	-	(3.734)	-	(7.661)	-	(1.591)	-	(8.059)
	417.263	187.777	963.408	236.785	237.061	28.154	515.563	57.481

(*) Não revisados pelos auditores independentes

O país enfrenta estiagem sem registro anterior, com a ausência de chuvas os reservatórios estão com seu nível de armazenamento baixo e por isso o despacho hidrelétrico foi reduzido o que provoca a compra de energia para suprimento de lastro para cumprimento de contratos de suprimento estabelecido.

22.3. Encargos de uso da rede elétrica

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Tust	45.873	128.934	41.850	121.234
Tusd	998	2.991	863	1.971
Encargos de conexão	6	27	13	41
(-) Crédito de PIS	(753)	(2.158)	(690)	(2.019)
(-) Crédito de COFINS	(3.471)	(9.941)	(3.179)	(9.298)
	42.653	119.853	38.857	111.929

A íntegra das informações a respeito dos encargos de uso da rede elétrica está descrita na nota explicativa nº 23 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020.

23. Resultado financeiro

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Receitas				
Aplicações financeiras	8.123	13.816	4.650	27.743
Variações monetárias	4.718	22.532	2.329	10.229
Depósitos judiciais	4.073	8.372	2.329	10.229
Inadimplência CCEE	645	14.160	-	-
Variação cambial ativa	-	465.182	236.482	237.089
Compensação financeira	5.071	5.071	-	-
Outras receitas financeiras	94	187	159	621
	18.006	506.788	243.620	275.682
Despesas				
Juros	(67.095)	(188.045)	(68.544)	(286.207)
Juros sobre debêntures	(2.997)	(3.241)	-	-
Juros sobre empréstimos	(17.884)	(47.373)	(12.788)	(65.889)
Juros sobre partes relacionadas	(46.214)	(137.431)	(55.756)	(220.318)
Variação cambial passiva	(278.032)	(625.323)	(339.914)	(1.593.867)
Variações monetárias	(2.391)	(4.865)	(1.010)	(4.606)
Provisões para riscos	(1.965)	(3.997)	(791)	(3.649)
Outras	(426)	(868)	(219)	(957)
Ajuste a valor presente de provisão para grandes reparos	(108.953)	(354.087)	262.012	178.083
Outras despesas financeiras	(593)	(1.911)	(454)	(1.423)
	(457.064)	(1.174.231)	(147.910)	(1.708.020)
	(439.058)	(667.443)	95.710	(1.432.338)

Em razão da crise hídrica, provocada pela escassez de chuvas no período, que reduziu o despacho da ONS para as geradoras hidrelétricas e aumentou o despacho das usinas térmicas que por sua vez provocam aumento no valor do PLD, a Companhia acolheu solicitação de uma comercializadora com que tinha o compromisso de entrega de energia comprada para o período, renegociando os volumes, preços e prazos originalmente contratados, em contrapartida à essa renegociação a comercializadora arcou com penalidade no valor de R\$ 5.071 (valor apresentado no quadro acima líquido de Pis/Cofins) como compensação financeira pelo não cumprimento das condições originais do contrato.

24. Apuração do Imposto de renda e contribuição social e tributos diferidos

24.1. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

	30/09/2021			30/09/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Resultado antes do IRPJ e CSLL		1.575.364	34%		307.779	34%
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%		25%	9%	
IRPJ e CSLL a alíquota pela legislação	(393.841)	(141.783)	(535.624)	(76.945)	(27.700)	(104.645)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Equivalência patrimonial de controlada	499	179	678	(83)	(30)	(113)
Incentivos fiscais	632	-	632	677	-	677
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	131	41	172	(493)	(184)	(677)
IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	(392.579)	(141.563)	(534.142)	(76.844)	(27.914)	(104.758)
IRPJ e CSLL correntes	296.630	107.021	403.651	268.356	96.858	365.214
IRPJ e CSLL diferidos	95.949	34.542	130.491	(191.512)	(68.944)	(260.456)
Total IRPJ e CSLL do período com efeito no resultado	392.579	141.563	534.142	76.844	27.914	104.758
Ajustes correntes - períodos anteriores	-	-	-	(33)	-	(33)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	392.579	141.563	534.142	76.811	27.914	104.725
Alíquota efetiva	24,9%	9,0%	33,9%	25,0%	9,0%	34,0%

Houve movimentações significativas no reconhecimento da despesa com variação monetária sobre o empréstimo com a CTG Luxembourg entre os trimestres, e por isso a empresa apurou lucro contábil significativamente maior no 3º trimestre de 2021, ademais esses valores são

controlados via diferido e consequentemente temos uma variação relevante na linha de IRPJ e CSLL diferidos.

24.2. Tributos diferidos

	30/09/2021			31/12/2020		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Ativo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Variação cambial	232.865	83.831	316.696	211.943	76.299	288.242
Provisões para grandes reparos	128.749	46.351	175.100	24.162	8.698	32.860
Provisões para riscos	6.138	2.210	8.348	5.150	1.854	7.004
Efeitos da outorga	2.907	1.046	3.953	1.126	405	1.531
Participação nos lucros e resultados	1.548	557	2.105	1.943	699	2.642
Outras provisões	808	291	1.099	1.606	578	2.184
Amortização de direito de uso	176	63	239	146	53	199
Total bruto	373.191	134.349	507.540	246.076	88.586	334.662
Passivo de imposto diferido						
Diferenças temporárias						
Efeitos da outorga	(930.086)	(334.832)	(1.264.918)	(747.580)	(269.129)	(1.016.709)
Recuperação de custos pela extensão da concessão do GSF	(38.466)	(13.848)	(52.314)	-	-	-
Juros sobre depósito vinculado	(17.585)	(6.331)	(23.916)	(15.492)	(5.577)	(21.069)
Total bruto	(986.137)	(355.011)	(1.341.148)	(763.072)	(274.706)	(1.037.778)
Imposto diferido líquido	(612.946)	(220.662)	(833.608)	(516.996)	(186.120)	(703.116)

No 3º trimestre de 2021 houve a provisão da extensão da concessão referente ao acordo firmado com a CCEE conforme nota explicativa nº 1.4, esses valores são diferidos na apuração e por isso apresentam uma movimentação significativa na linha de provisões, tornando-se um diferido passivo.

A Companhia tem a expectativa de exigibilidade e de (realização) do imposto de renda e de contribuição social diferidos de acordo com premissas internas e conforme apresentado no quadro abaixo:

Conta	2021	2022	2023	2024	2025	a partir de 2026	Total
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(34.759)	(214.589)	(247.068)	(267.324)	(329.564)	259.696	(833.608)

25. Lucro por ação

	01/07/2021 a 30/09/2021	01/01/2021 a 30/09/2021	01/07/2020 a 30/09/2020	01/01/2020 a 30/09/2020
Numerador				
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia				
Acionistas controladores	140.463	694.183	309.581	135.376
Acionistas não controladores	70.221	347.039	154.768	67.678
	210.684	1.041.222	464.349	203.054
Denominador (Média ponderada de números de ações)				
Ações ordinárias	7.014.326	7.014.326	7.014.326	7.014.326
Lucro líquido / (prejuízo) básico e diluído por ação				
Ações ordinárias	0,03004	0,14844	0,06620	0,02895

26. Instrumentos financeiros

A Companhia declara que as informações sobre instrumentos financeiros descritas na nota explicativa nº 27 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2020 permanecem válidas para esse ITR, exceto pela tabela abaixo:

26.1. Instrumentos financeiros no balanço patrimonial

Os principais instrumentos financeiros da Companhia estão representados por:

Natureza	Classificação	Hierarquia do valor justo	30/09/2021		31/12/2020	
			Valor contábil	Valor a mercado	Valor contábil	Valor a mercado
Ativos financeiros						
Caixas e bancos	Custo amortizado	Nível 1	79	79	81	81
Aplicações financeiras	Valor Justo por meio do resultado	Nível 1	990.229	990.229	167.365	167.365
Clientes	Custo amortizado	Nível 2	312.521	312.521	482.974	482.974
Ativo financeiro vinculado à concessão	Custo amortizado	Nível 2	10.992.175	10.992.175	10.491.868	10.491.868
Depósitos judiciais	Custo amortizado	Nível 2	486.180	486.180	477.820	477.820
			12.841.721	12.841.721	11.620.108	11.620.108
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado	Nível 2	152.786	152.786	82.132	82.132
Encargos setoriais	Custo amortizado	Nível 2	88.552	88.552	89.345	89.345
Partes relacionadas	Custo amortizado	Nível 2	3.587.579	3.587.579	3.632.510	3.632.510
Provisões para grandes reparos	Custo amortizado	Nível 2	1.929.901	1.929.901	1.456.427	1.456.427
Empréstimos	Custo amortizado	Nível 2	1.350.688	1.350.688	2.025.562	2.025.562
Debêntures	Custo amortizado	Nível 2	1.382.923	1.488.017	500.057	554.396
Juros sobre capital próprio (JSCP)	Custo amortizado	Nível 2	78.965	78.965	569.950	569.950
			8.571.394	8.676.488	8.355.983	8.410.322

27. Seguros

A CTG Brasil mantém contratos de seguros levando em conta a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas significativas sobre os ativos e/ou responsabilidades sua e de suas controladas. As principais coberturas, conforme apólices de seguros são:

Apólices	Vigência	Limite máximo de indenização em R\$ milhares (*)
Risco operacional	04/08/2021 a 04/08/2022	1.000.000
Lucro cessante	04/08/2021 a 04/08/2022	701.032
Responsabilidade civil	04/08/2021 a 04/08/2022	150.000
Responsabilidade civil ambiental	04/08/2021 a 04/08/2023	110.000
Responsabilidade civil para diretores e executivos	08/12/2020 a 08/12/2021	150.000
Risco cibernético	08/09/2021 a 08/09/2022	30.000

(*) Não auditados pelos auditores independentes

28. Transação não caixa

	30/09/2021
Recurso parcial de debêntures	295.785
	295.785

29. Compromissos

29.1. Contratos de compra e venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos ACL de venda de energia negociados até o ano de 2028, comprometimento no regime de cotas de garantia física até o ano de 2046 e contratos de compra até dezembro de 2026.

30. Eventos subsequentes

30.1. Covid – determinações regulatórias

Em 19 de outubro, foi publicado o Despacho Aneel nº 3.155/2021 autorizando o ONS a desconsiderar as indisponibilidades ou restrições de operação de usinas, associadas à pandemia de Covid-19. Os valores apurados para esse tipo de situação serão expurgados das contabilizações realizadas a partir de abril de 2020, devendo ser apurados pela CCEE.

A medida irá considerar os impactos sofridos pelas geradoras decorrentes das medidas de controle da pandemia que limitaram a atuação das empresas em atividades como alocação de mão-de-obra e manutenções.

Declaração da Diretoria

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da RIO PARANÁ ENERGIA S.A. (“Companhia”), sociedade por ações, inscrita no CNPJ sob nº 23.096.269/0001-19, com sede na Rua Funchal, nº 418, 4º andar, Vila Olímpia, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30.09.2021; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Pricewaterhousecoopers Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às demonstrações financeiras trimestrais da Companhia referentes ao trimestre findo em 30.09.2021.

São Paulo, 11 de novembro de 2021.

Evandro Leite Vasconcelos // Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Presidente e Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Membros da Administração

Conselho de Administração

Jianqiang Zhao
Presidente

Yujun Liu
Conselheiro

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Conselheiro

Jose Renato Domingues
Conselheiro

Cao Xingyang
Conselheiro

Zhigang Chen
Conselheiro

Diretoria

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor Presidente

Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Anderson Vitor Pereira Tonelli
Diretor

Cesar Teodoro
Diretor

Yan Yang
Diretor

Márcio José Peres
Diretor

Rodrigo Teixeira Egreja
Diretor de Controladoria

Antonio dos Santos Entraut Junior
Contador -CRC PR-068461/O-1